

# Redação em Gotas

Edição nº 10

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela de Freitas Marques

## DICA: As vozes no discurso e o acento nos ditongos.

### As joias da Imperatriz Tereza Cristina.<sup>1</sup>

Pulseiras, flores, festões, comendas, broches, brincos e colares de brilhantes e de pérolas pertencentes à Imperatriz Teresa Cristina, à Princesa Isabel e à Baronesa Fonseca da Costa foram furtados no dia 18 de março de 1882, no Paço da Quinta de São Cristóvão, no Rio de Janeiro – tão logo a família imperial viajara a Petrópolis. A Monarquia - combalida e débil - ainda mais se enfraqueceria abrindo caminho à República nascente, igualmente fragilizada na sucessão de golpes e de tentativas de golpes que a marcariam como se feitas a fogo.

As piadas e as críticas não pouparam Dom Pedro II e não pouparam o autor do crime: Manuel Paiva. O Chefe de Polícia, Trigo de Loureiro, encontrara as joias enterradas no quintal dos fundos da casa de Manuel Paiva, em latas de biscoitos. Vigoravam o Código Criminal do Império de 1830 e o Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832. Qual seria o destino do criminoso? A cadeia, a acusação e o processo-crime, porque afinal a própria alcova do Imperador e da Imperatriz fora invadida e as joias levadas. No entanto, Manuel Paiva – a boca miúda murmurava-se – seria o alcoviteiro de Dom Pedro II. E, por influência direta do Imperador, foi posto em liberdade. Três folhetins, com fina ironia, muita sátira e sutileza alguma, registraram o episódio - escritos por Raul Pompéia, José do Patrocínio e Artur Azevedo. Todos escrevendo e abusando dos discursos direto e indireto – tão usados nos autos de todos os processos cíveis ou criminais, na repetição das palavras das partes, dos ofendidos e das testemunhas. Utilizemos ambos: sempre com boa-fé, com os atributos jurídicos da lealdade e da fidelidade às palavras empregadas e às circunstâncias fáticas dos acontecimentos.

Por todos, podemos ler Raul Pompéia, em “As Joias da Coroa”, o Duque de Bragantino, Dr. Lauro Trigueiro, o Marquês d’Etu são as personagens principais e o Manuel Paiva era – sem surpresa alguma – o próprio Manuel Paiva:

“ (...) Daí a sete dias, dava-se a liberdade a Manuel Paiva e aos indivíduos suspeitos do crime. A língua da criadagem murmurava que, no dia seguinte ao da descoberta do crime, o duque se levantara acabrunhado como um doente; que recebera a visita do dr. Lauro Trigueiro; que começara a dizer, então, que as joias tinham sido encontradas. Era o caso que o chefe de polícia, visitando Paiva na Casa de Detenção, o ameaçara com energia, dizendo-lhe que o duque o reduziria à última miséria, se não revelasse o lugar onde estavam escondidas as joias. O criminoso, exigindo garantias de impunidade, confessou e declarou que o “tesouro da Coroa” estava enterrado num lugar que ele mostraria. (...) Mais tarde ainda, numa pequena festa que houvera na aldeola da propriedade, por ocasião do casamento de um laçao do duque de Bragantina, a noiva, uma mocetona rechonchuda e corada, conversando com as amigas sobre o roubo das “joias da Coroa”, remexia os olhos e os ombros, dizendo: — Era bem o que eu dizia... Eu jurava que o negócio havia de dar em muita embrulhada ou em muito silêncio. Digam lá vocês se no palácio se toca mais no negócio dos ladrões (...) Só muito depois disso, é que me contaram, em segredo, que as joias tinham sido achadas no quintal do seu Manuel Paiva e que o senhor marquês d’Etu andou muito contente, abraçando os inquilinos dos cortiços, feito maluco... eu bem dizia, eu bem dizia...”<sup>2</sup> ”

Em 1889, a República proclamada por um relutante e velho Marechal, assinalou o destino das joias: algumas delas teriam sido leiloadas e muitas delas, extraviadas. O seu brilho, para sempre oculto, como perdidos o acento agudo das palavras paroxítonas com ditongo aberto “éi” ou “ói”. O Paço de São Cristóvão foi lambido pelas chamas, no terrível incêndio de 2 de setembro de 2018, a pior tragédia museológica do Brasil. Perdemos parte de nossa alma, de nossa identidade e de nossa história. História e cultura esquecidas, marcadas pelo sinete de nossa objetificação. Onde a brilhante indignação, as flores de nossa identidade, os festões e as comendas da efetiva aplicação do Direito e as pérolas de nossas lágrimas?

<sup>1</sup> Sobre o episódio histórico: D’ALENCASTRO, Ricardo. *Um caso bem brasileiro*. Disponível em: <https://cutt.ly/NzrXaag>. Acesso em: 26 fev. 2021.

<sup>2</sup> POMPÉIA, Raul. *As Joias da Coroa*. São Paulo: Clube do Livro, 1962, p.114/116.